

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.889 RIO DE JANEIRO**

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**RECTE.(S)** : JOSÉ FIGUEIRA RAMOS  
**ADV.(A/S)** : WILLIAN DA SILVA RAMOS E OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -  
CEDAE  
**ADV.(A/S)** : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTRO(A/S)

**DECISÃO:** Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu recurso extraordinário contra acórdão da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa se reproduz a seguir:

“AGRAVO INTERNO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, MANTENDO-SE A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE TARIFA DE COLETA DE ESGOTO. FUNDAMENTAÇÃO LANÇADA EM AGRAVO INTERNO QUE NÃO SE AFIGURA CAPAZ DE INFERIR A DECISÃO RECORRIDA, RAZÃO PELA QUAL DEVE A MESMA SER MANTIDA.

RECURSO DESPROVIDO.” (eDOC 20)

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, aponta-se ofensa ao art. 5º, *caput*, do Texto Constitucional.

Nas razões recursais, sustenta-se, em síntese, o seguinte:

“ (...) em se tratando da Tarifa, há a possibilidade de exigência de redução do preço público do serviço na proporção em que este é praticado. Há uma clara ofensa ao Princípio Constitucional da Isonomia, pois, de forma alguma, podem ser cobrados da mesma maneira os consumidores que usufruem do serviço de esgotamento sanitário em sua integralidade e os que apenas gozam da prestação parcial do serviço. Há que ser

**ARE 917889 / RJ**

aplicada a proporcionalidade.

A Terceira Vice-Presidência do TJRJ inadmitiu o recurso extraordinário, com base na vedação na Súmula 282 e por se tratar de ofensa reflexa à Constituição (eDOC 7).

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, convém reproduzir o assentado pelo Tribunal de origem:

“Em sendo assim, considerando que o ora agravante reitera fundamentação e razões empregadas na apelação pelo mesmo interposta, revela-se oportuno reproduzir o inteiro teor da decisão recorrida, o que se implementa a seguir:

(...)

Ora, e como bem se vê da análise dos dispositivos legais destacados, por lícita se tem a cobrança da tarifa nas hipóteses de fornecimento dos serviços de canalização, recolhimento e escoamento dos efluentes sanitários.

Nessa perspectiva, o próprio autor é quem afirma que, embora não conte com o serviço de tratamento, os afluentes sanitários são coletados em tubulação interna e despejados in natura na galeria de água pluviais GAP.

De fato, em 28/07/2007, foi firmado o Termo de Compromisso entre o Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE e o Município do Rio de Janeiro visando a execução dos serviços de captação, tratamento, adução, distribuição de água potável, coleta, transporte e tratamento de esgotos na região em que reside a autora apelante.

Logo, é notório que a CEDAE, e agora o Município do Rio de Janeiro, participam de três das quatro fases de tratamento do esgoto: transporte, tratamento e destinação.” (eDOC 20, p. 915 e 917-918)

Assim, verifica-se que eventual divergência em relação ao

**ARE 917889 / RJ**

entendimento adotado pelo juízo *a quo* demandaria o reexame de fatos e provas e o da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, notadamente a Lei nº 11.445/2007 e o Decreto nº 7.217/2010, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida nas Súmulas 279 e 280 do STF.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL PLENÁRIO VIRTUAL TEMA 424 ARE. Nº 685.029-RG. 1. A matéria sub examine teve sua repercussão geral rejeitada pelo Plenário Virtual desta Corte, nos autos do ARE nº 685.029-RG, de relatoria do E. Ministro Cezar Peluso, DJe 30.8.2011. 2. In casu, o acórdão recorrido assentou: ‘AGRAVO LEGAL. SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO. ESGOTAMENTO SANITÁRIO. RECONHECIMENTO DA FALTA DE EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUTARQUIA. PAGAMENTO DE CUSTAS ISENÇÃO. ‘Incabível a cobrança de tarifa pela simples captação e transporte do esgoto sanitário.’ (Constante do Aviso TJ nº 51, de 16.6.2011 – DJERJ, ADM 190 (2) – 17.6.2011). Ante a natureza autárquica da prestadora do serviço público, incabível sua condenação ao pagamento das custas processuais diante do instituto da isenção tributária. Recurso provido em parte.” 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 701455 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 07.02.2013)

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA TARIFA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO

**ARE 917889 / RJ**

INFRACONSTITUCIONAL: OFENSA CONSTITUCIONAL  
INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA  
PROVIMENTO.”

(ARE 850916 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda  
Turma, DJe 05.03.2015)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar seguimento ao  
recurso extraordinário, nos termos dos arts. 544, § 4º, II, “b”, CPC, e 21,  
§1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*